



PROCESSO	1000212208
INTERESSADO	M.P.
ASSUNTO	AUSÊNCIA OU UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE PLACA
RELATOR(A)	CONS. FABIANA DONATTI

### RELATÓRIO

Trata-se de apreciação e julgamento em primeira instância de processo de fiscalização pela CEP-CAU/RS, por atividade fiscalizatória de rotina na data de 11/03/2024, ocorrida em obra sendo executada à Avenida Paraguassú nº 253, em Capão da Canoa/RS, sem placa de identificação de responsabilidade técnica.

Diante da solicitação de apresentação de documentos, a secretária da empresa contratante enviou via whatsapp os números dos registros e anotação de responsabilidade técnica, o que restou comprovado:

- Arquiteto e urbanista A.S.F.D.M. (CAU nº A1121359) - projeto e execução de arquitetura, instalações elétricas e hidrossanitárias, execução de estruturas e fundações;
- Arquiteto e urbanista M.P. (CAU nº A1011847) - projeto e execução de estrutura e fundações, execução arquitetura, instalações elétricas e hidrossanitárias;
- Engenheiro eletricitista C.G.D.R.J. (CREA RS199950) - projeto de instalações e medição elétricas, instalações de TV, laudo de aterramento.

A ausência de apresentação dos projetos aprovados ou do alvará de construção ensejaram o envio das informações para a Prefeitura Municipal, em atendimento ao art. 21 da Lei nº 13.425/2017 (Lei Kiss).

A ausência de placa de identificação dos arquitetos e urbanistas ensejou o envio de requisições solicitando o atendimento à Resolução CAU/BR nº 75/2014, com prazo de 10 dias.

Ao relatório foram anexadas fotografias da obra comprovando a irregularidade. No local foi observado somente um *banner* da empresa cujo responsável técnico é o arquiteto e urbanista M.P. (conforme RRT), onde constava nome da empresa, logotipo, endereço eletrônico e telefones, nenhum outro dado.

Em resposta à requisição feita por este Conselho, o arquiteto A.S.F.D.M. informou que a obra teria sido finalizada. Foi, então, orientado a realizar a baixa dos RRT's para dispensar a colocação da placa.

Em 11/03/2024 o arquiteto M.P. recebera requisição e orientação para a regularização da infração, inclusive com informações sobre alteração de legislação e orientações práticas e objetivas, segue *print* abaixo:



Segue abaixo um link de matéria do CAU/RS que explica a alteração na legislação e também traz sugestão de modelo de placa para download:

<https://caurs.gov.br/placa-de-obra-conheca-as-novas-regras/>

Caso já tenha a arte da placa desenvolvida, é possível apenas complementar as informações ausentes. O mesmo vale para placas já produzidas, que podem ser complementadas da forma menos onerosa ao profissional (adesivagem, escrita à mão, etc.).

Ficamos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.  
Atenciosamente,

Por aplicativo de mensagem whatsapp o profissional responde que iria providenciar nova placa.

Diante da inação, fora notificado em 08/04/2024, restando comprovada ciência da notificação preventiva através do mesmo aplicativo de mensagem sem resposta.

No dia 19/04/2024, fora enviada nova notificação, agora para informar sobre ampliação de prazo para regularização em 5 dias corridos, até 24/04/2024, em virtude de problemas no SICCAU profissional. O agente de fiscalização informa, ainda, que o outro profissional A.S. já dera baixa das RRT's por conta da finalização das atividades prestadas por ele. Orienta o profissional para que, se for este o seu caso também, dê baixa nas RRT's de sua responsabilidade ou comprove a afixação da placa e, ainda, alerta sobre as consequências da falta de regularização. Restou comprovada a ciência na mesma data, através da leitura via aplicativo de mensagem whatsapp, no entanto, não houve resposta.

Mesmo após a ampliação de prazo concedida de ofício não houve ação pela parte interessada, então, em cumprimento ao artigo 36 da Resolução CAU/BR nº 198/2020, o agente de fiscalização lavrou o auto de infração na data de 04/06/2024, fixando a multa no valor de 3 (três) anuidades que corresponde a R\$2.015,67 (dois mil e quinze reais e sessenta e sete centavos), e intimou a parte interessada a, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a situação infracional constatada e/ou efetuar o pagamento da multa, ou apresentar defesa escrita, devidamente fundamentada, à Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU/RS.

Foram realizadas tentativas de ciência via SICCAU, via correio eletrônico e aplicativo de mensagem, restando comprovada a ciência de leitura no dia 05/06/2024.

Devidamente intimada, a parte permaneceu silente. O processo, então, foi submetido à CEP-CAU/RS para julgamento, com base no art. 37 da Resolução CAU/BR nº 198/2020, que diz *“transcorrido o prazo a que se refere o inciso VIII do art. 36, caso seja apresentada defesa ao auto de infração ou constatada a revelia do atuado, o auto de infração será remetido à CEP-CAU/UF para julgamento na forma dos artigos 52, 53 e 54”*.

É o relatório.

#### VOTO FUNDAMENTADO



Primeiramente, cabe salientar que o relatório de fiscalização preencheu os requisitos dispostos no art. 23, § 2º, da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Verifica-se que a notificação e o auto de infração observaram os requisitos de sua constituição, bem como a comunicação desses atos ocorreu de forma regular.

Da análise dos autos do processo, depreende-se que a pessoa física, no local de execução de obra, deixou de afixar placa com as informações obrigatórias legais, contrariando o art. 14 da Lei nº 12.378/2010 e os arts. 6º, *caput*, 7º e 8º da Resolução CAU/BR nº 75/2014, a saber:

Lei nº 12.378/2010:

*Art. 14. É dever do arquiteto e urbanista ou da sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo indicar em documentos, peças publicitárias, placas ou outro elemento de comunicação dirigido a cliente, ao público em geral e ao CAU local:*

*I - o nome civil ou razão social do(s) autor(es) e executante(s) do serviço, completo ou abreviado, ou pseudônimo ou nome fantasia, a critério do profissional ou da sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, conforme o caso;*

*II - o número do registro no CAU local; e*

*III - a atividade a ser desenvolvida.*

Resolução CAU/BR nº 75/2014:

*Art. 6º No local de execução de obras, de montagens ou de serviços no âmbito da Arquitetura e Urbanismo deverão ser afixadas placas de identificação do exercício profissional, indicando os responsáveis técnicos pelas atividades desenvolvidas.*

(...)

*Art. 7º Nas placas de que trata o artigo anterior, deverão ser informados:*

*I - nome(s) do(s) arquiteto(s) e urbanista(s) responsável(is) e, se houver, da(s) pessoa(s) jurídica(s) de Arquitetura e Urbanismo, com identificação da(s) atividade(s) técnica(s) sob sua(s) respectiva(s) responsabilidade(s) e número(s) de RRT correspondente(s);*

*II - título profissional e número(s) de registro no CAU;*

*III - endereço, e-mail ou telefone do(s) arquiteto(s) e urbanista(s) ou da(s) pessoa(s) jurídica(s) de Arquitetura e Urbanismo.*

*§ 1º Para os fins do que dispõe o inciso I deste artigo, na indicação de responsabilidade técnica poderá ser utilizado o nome civil ou razão social, completo ou abreviado, ou pseudônimo ou nome fantasia, a critério do profissional ou da pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo.*



§ 2º Uma mesma placa poderá conter a indicação de um ou mais arquitetos e urbanistas ou de pessoas jurídicas de Arquitetura e Urbanismo, definindo a(s) responsabilidade(s) técnica(s) que lhe(s) corresponde(m).

§ 3º Uma mesma placa poderá conter a indicação de arquiteto(s) e urbanista(s), de pessoa(s) jurídica(s) de Arquitetura e Urbanismo, de profissional(is) e de pessoa(s) jurídica(s) de outra(s) profissão(ões) técnica(s) regulamentada(s) que realize(m) atividade(s) no mesmo endereço, definindo a(s) responsabilidade(s) técnica(s) que lhe(s) corresponde(m).

§ 4º Poderá ser afixado na placa um selo adesivo específico, cujo arquivo eletrônico será disponibilizado no ambiente do arquiteto e urbanista no Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU), que conterá um código de barras bidimensional (QR Code), através do qual poderão ser acessados os dados do(s) RRT correspondente(s) à(s) atividade(s) realizada(s), dispensando que se mantenha no local via impressa do referido registro.

Desse modo, a pessoa física foi autuada por infração ao art. 39, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, que assim dispõe:

*Art. 39. São infrações ao exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo:*

***Ausência ou utilização irregular de placa***

*X - não afixar placa, nela deixar de indicar ou indicar erroneamente informações relativas à responsabilidade de arquiteto e urbanista por projeto, obra ou serviço, em discordância com a regulamentação vigente;*

*Infrator: pessoa física ou jurídica;*

Para a aplicação e a definição do valor da multa, o Agente de Fiscalização seguiu o disposto nos arts. 40, 41 e no anexo da Resolução CAU/BR nº 198/2020. Transcreve-se, abaixo, a redação dos arts. 40 e 41 da citada Resolução:

*Art. 40. As multas por infração ao exercício profissional serão aplicadas individualmente, de forma fundamentada, pelo agente de fiscalização com base na avaliação dos seguintes critérios:*

*I - Gravidade da infração, cuja pontuação encontra-se estabelecida na Tabela I – Infrações ao Exercício Profissional anexa:*

*(...)*

*h) Ausência ou utilização irregular de placa - Média (...)*

*II - Grau de Impacto da atividade fiscalizada de acordo com contexto de sua prática, cuja pontuação encontra-se estabelecida na Tabela II – Grau de Impacto da atividade fiscalizada anexa:*



- a) Área de preservação ambiental - Altíssimo;
- b) Edificação ou área protegida ou tombada - Altíssimo;
- c) Edificação, equipamento ou área de uso público (institucional, comunitário, dentre outras.) – Alto;
- d) Edificação de uso coletivo (multifamiliar, comercial, misto ou serviços, dentre outras.) – Médio;
- e) Edificação de uso unifamiliar - Baixo.

*III - Circunstâncias agravantes, cuja pontuação encontra-se estabelecida na Tabela III – Circunstâncias Agravantes:*

- a) Antecedentes da pessoa física ou jurídica autuada, quanto à condição de primariedade ou de reincidência da infração;
- b) Ato infracional cometido por conselheiro ou funcionário do CAU/BR ou CAU/UF.

*Art. 41. Para definição do valor da multa a ser aplicada pelo agente de fiscalização, será realizado o somatório da pontuação estabelecida nas tabelas I, II e III, equivalente a cada um dos critérios analisados, conforme Quadro I - Fórmula de Cálculo, e, posteriormente, realizada a verificação de equivalência da pontuação final em valores de anuidades, conforme Tabela V - Dosimetria da Sanção anexa.*

No que diz respeito ao grau de impacto da atividade fiscalizada de acordo com contexto de sua prática, verifica-se que a obra se trata de uma edificação de uso comercial.

No julgamento dos processos de fiscalização pelas Comissões de Exercício Profissional ou pelos Plenários, podem-se revisar grau de impacto e circunstâncias agravantes, ou eventualmente reduzir o valor da multa considerando circunstâncias atenuantes.

O art. 42 da Resolução CAU/BR nº 198/2020 assim estabelece:

*Art. 42. No julgamento dos processos de fiscalização pelas Comissões de Exercício Profissional ou pelos Plenários, poderão ser observadas as seguintes circunstâncias atenuantes, cuja pontuação encontra-se estabelecida na Tabela IV - Circunstâncias atenuantes anexa:*

- I - insuficiência econômica comprovada da pessoa física ou jurídica autuada;*
- II - infração cometida sob coação, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, provocada por ato irregular de outrem;*
- III - fato praticado por relevante valor social;*
- IV - reparação dos eventuais danos, antes do julgamento do auto de infração pela CEP-CAU/UF;*
- V - eliminação do fato gerador do auto de infração.*

*Parágrafo único. Para redefinição do valor da multa pela Comissão de Exercício Profissional, será realizado novo somatório, contabilizando a pontuação constante*



na tabela IV - Circunstâncias Atenuantes, conforme Quadro I - Fórmula de Cálculo, e, posteriormente, realizada a verificação de equivalência da pontuação final em valores de anuidades, conforme Tabela V - Dosimetria da Sanção.

Passamos, então, à dosimetria da pena de acordo com o anexo da Resolução CAU/BR nº 198/2020 - TABELAS E QUADRO, para verificar a pertinência de revisar grau de impacto e circunstâncias agravantes, ou de eventualmente reduzir o valor da multa considerando circunstâncias atenuantes.

**ANEXO - TABELAS E QUADRO****TABELA I - INFRAÇÕES AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

INC.	INFRAÇÃO	GRAVIDADE	PONTUAÇÃO MÍNIMA
X	<b>Ausência ou utilização irregular de placa</b>  Não afixar placa, nela deixar de indicar ou indicar erroneamente informações relativas à responsabilidade de arquiteto e urbanista por projeto, obra ou serviço, em discordância com a regulamentação vigente.  Infrator: pessoa física ou jurídica.	MÉDIA	4 pontos

**TABELA II - GRAU DE IMPACTO DA ATIVIDADE FISCALIZADA DE ACORDO COM O CONTEXTO DE SUA PRÁTICA**

ATIVIDADE REALIZADA EM	GRAU DE IMPACTO	PONTUAÇÃO CUMULATIVA	SIM	NÃO
Área de preservação ambiental	<b>Altíssimo</b>	<b>+ 6</b>		X
Edificação ou área protegida ou tombada	<b>Altíssimo</b>	<b>+ 6</b>		X
Edificação, equipamento ou área de uso público (institucional, comunitário, dentre outras.)	<b>Alto</b>	<b>+ 4</b>		X
Edificação de uso coletivo (multifamiliar, comercial, misto ou serviços, dentre outras.)	<b>Médio</b>	<b>+ 3</b>	X	
Edificação de uso unifamiliar	<b>Baixo</b>	<b>+ 1</b>		X

**TABELA III****CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES**



<b>CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES</b>	<b>PONTUAÇÃO CUMULATIVA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
antecedentes da pessoa física ou jurídica atuada, quanto à condição de primariedade ou de reincidência da infração	Sem reincidência: <b>+0</b>		X
	1ª Reincidência: <b>+ 2</b>		X
	2ª Reincidência: <b>+ 4</b>		X
	3ª Reincidência ou mais: <b>+ 6</b> e encaminhamento à Comissão de Ética e Disciplina		X
ato infracional cometido por conselheiro ou funcionário do CAU/BR ou CAU/UF	<b>+6</b>		X

**TABELA IV - CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES**

	<b>CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES*</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
I	Comprovar insuficiência econômica da pessoa física ou jurídica atuada	<b>- 2</b>		X
II	Cometer infração sob coação, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, provocada por ato irregular de outrem	<b>- 3</b>		X
III	Praticar o fato por relevante valor social	<b>- 3</b>		X
IV	Reparar eventuais danos antes do julgamento pela CEP-CAU/UF	<b>- 4</b>		X
V	Eliminar o fato gerador do auto de infração	<b>- 5</b>		X

\*a tabela IV (atenuantes) poderá ser utilizada apenas no julgamento dos processos de fiscalização pelas Comissões ou Plenário competente.

**QUADRO I - FÓRMULA DE CÁLCULO:**

PONTUAÇÃO = Tabela I (Gravidade da Infração) + Tabela II (Grau de Impacto) + Tabela III (Agravante) + Tabela IV (Atenuante) = **7 PONTOS**

**TABELA V - DOSIMETRIA DA SANÇÃO**

<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>ANUIDADES</b>
<b>De 7 a 8 pontos</b>	<b>4</b>

Dessa forma, diante do cálculo da dosimetria legal, por se tratar de edificação de uso coletivo (comercial), majora-se a multa do auto de infração para o valor de 4 (quatro) anuidades, que corresponde a R\$2.687,56 (dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Conforme documentos acostados no relatório de fiscalização não houve apresentação de defesa, não houve pagamento da multa aplicada, tampouco fora confirmada a regularização da



infração. Depreende-se que foram cumpridas todas as etapas do processo de fiscalização, inclusive com orientações claras e objetivas também anteriores à notificação e lavratura do auto de infração. Reitere-se, ainda, que, de ofício, fora concedida dilação de prazo. Com efeito, diante da inação da parte autuada, esta incorre em infração.

Por fim, constata-se não haver fatos que possam justificar, legalmente, atenuação ou anulação da multa aplicada, mas sim, majoração pelo fato da edificação em questão ser de uso coletivo (comercial).

### CONCLUSÃO

Deste modo, opino pela manutenção do auto de infração com redefinição de valores, majorando para o valor de 4 (quatro) anuidades, que corresponde a R\$2.687,56 (dois mil, seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme cálculo legal, com fulcro no art. 49, § 2º, inciso II, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, em razão de que a pessoa física autuada, M.P., inscrito no CPF 012.xxx.xxx.77 e CAU nº A1011847, incorreu em infração ao art. 39, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, por não afixar placa, nela deixar de indicar ou indicar erroneamente informações relativas à responsabilidade de arquiteto e urbanista por projeto, obra ou serviço, em discordância com a regulamentação vigente.

Após o trânsito em julgado, caso a situação infracional não tenha sido regularizada, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que apure a continuidade da infração e reincidência, nos termos dos artigos 75 e 76 da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Porto Alegre - RS, 04 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FABIANA DONATTI  
Data: 06/10/2024 17:02:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABIANA DONATTI  
Conselheira Relatora





PROCESSO	SEI: 00176.002367/2024-31
	Processo de Fiscalização nº 1000212208-02A/2024
INTERESSADO	M. P.
ASSUNTO	AUSÊNCIA OU UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE PLACA

**DELIBERAÇÃO Nº 151/2024 - CAURS/PLEN/CEP**

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre - RS , na sede do CAU/RS, no dia 7 de outubro de 2024, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a pessoa física M. P. , inscrita no CPF sob o nº 012.xxx.xxx.77 , depois de devidamente notificada sem regularizar a situação infracional, foi autuada por não afixar placa, nela deixar de indicar ou indicar erroneamente informações relativas à responsabilidade de arquiteto e urbanista por projeto, obra ou serviço, em discordância com a regulamentação vigente;

Considerando o art. 54, *caput*, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, que diz “ A CEP-CAU/UF julgará à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa ao auto de infração, sendo garantido amplo direito de defesa nas fases subsequentes do processo”;

Considerando o relatório e o voto fundamentado do(a) Conselheiro(a) Relator(a), pela manutenção do Auto de Infração nº 1000212208-02A/2023 e pela redefinição do valor da multa aplicada pelo agente de fiscalização, para 4 (quatro) anuidades, que corresponde a R\$ 2.687,56 (dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) , em razão do grau de impacto, por se tratar de edificação de uso coletivo (comercial), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso II, da Resolução CAU/BR nº 198/2020;

**DELIBERA:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, conselheira Fabiana Donatti, decidindo pela manutenção do auto de infração nº 1000212208-02A/2024 e pela redefinição do valor da multa aplicada pelo agente de fiscalização, para 4 (quatro) anuidades, que corresponde a R\$ 2.687,56 (dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), em razão do grau de impacto da atividade fiscalizada, por se tratar de edificação de uso coletivo (comercial), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso II, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, em razão de que a pessoa física autuada, M. P., inscrita no CPF sob o nº 012.xxx.xxx.77, incorreu em infração ao art. 39, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, por não afixar placa, nela deixar de indicar ou indicar erroneamente informações relativas à responsabilidade de arquiteto e urbanista por projeto, obra ou serviço, em discordância com a regulamentação vigente;

2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto nos arts. 53, *caput* e § 1º, 54, parágrafo único, 71 e 72 da Resolução CAU/BR nº 198/2020;

3. Por informar ao interessado que o valor da multa pode ser quitado antes do trânsito em julgado, bem como pode ser parcelado mediante a emissão de Termo de Confissão e Reconhecimento de Dívida, conforme o disposto no art. 46 da Resolução CAU/BR nº 198/2020 e na Resolução CAU/BR nº 153/2017;

4. Por indicar ao interessado que a regularização do fato motivador deve ser realizada por meio da AFIXAÇÃO DE PLACA no endereço da obra fiscalizada, em local visível e legível ao público, contendo as informações mínimas obrigatórias, conforme exigido pelos artigos 6º e 7º da Resolução 75/2014 do CAU/BR, ou por meio da BAIXA DOS RRTS correspondentes (RRTs 13688784 e 13688783) caso os serviços registrados estejam concluídos, o que desobrigaria a colocação de placa, conforme § 2º do art. 6º da Resolução 75/2014, a fim de afastar a hipótese de continuidade da infração, reincidência e abertura de novo procedimento ou processo de fiscalização, com a possibilidade de nova autuação e nova multa;

5. Após o trânsito em julgado, caso a situação infracional não tenha sido regularizada, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que apure a continuidade da infração e reincidência, nos termos dos artigos 75 e 76 da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Aprovado por unanimidade dos membros presentes; com **4 votos favoráveis** das conselheiras Rafaela Ritter dos Santos, Cristiane Bisch Piccoli, Nathália Pedrozo Gomes e Fabiana Donatti.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre - RS, 7 de outubro de 2024.

..

450ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - RS - CAU/RS  
(Presencial)

**Folha de Votação**

Função	Conselheiro	Votação			
		Sim	Não	Abst.	Ausên.
Coordenadora	Rafaela Ritter dos Santos	X			
Membro suplente	Nathália Pedrozo Gomes	X			
Coordenadora adjunta	Cristiane Bisch Piccoli	X			
Membro Suplente	Fabiana Donatti	X			
Membro	Ingrid Louise de Souza Dahm				X

**Histórico da votação:**

**450ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CAU/RS**

**Data:** 07/10/2024

**Matéria em votação:** Processo de Fiscalização nº 1000212208-02A/2024

**Resultado da votação:** Sim (4) Não (0) Abstenções (0) Ausências (1), Total (4)

**Impedimento/suspeição:** (0)

**Ocorrências:** (0)

**Condução dos trabalhos (coordenador/substituto legal):** Rafaela Ritter dos Santos

**Assessoria Técnica:** Melina Greff Lai



Documento assinado eletronicamente por **MELINA GREFF LAI, Assessor(a) Técnico(a)**, em 11/10/2024, às 09:30 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELA RITTER DOS SANTOS, Coordenador(a)**, em 17/10/2024, às 16:32 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seica](http://caubr.gov.br/seica), utilizando o código CRC **52189B99** e informando o identificador **0366445**.

Rua Dona Laura, 320 14/15o. Andar | CEP 90430-090 - Porto Alegre/RS

[www.caurs.gov.br](http://www.caurs.gov.br)

00176.002367/2024-31

0366445v12